

“ENTRE A FÉ E A POLÍTICA”: A MOBILIZAÇÃO DO DISCURSO EVANGÉLICO NA CÂMARA FEDERAL DO BRASIL

Processo de produção de conhecimento: avanço de investigação em curso.

GT21: Sociologia da religião

Rafael Bruno Gonçalves¹

Resumo:

As três últimas eleições para a Câmara Federal revelaram uma maior participação dos evangélicos nos espaços políticos tradicionais. Embora tenham agregado novas tendências, os evangélicos permanecem justificando sua atuação na política como uma “incumbência divina”, observada em termos recorrentemente utilizados, como: “missão a serviço de Deus” e “serviço de Deus na política”. A carga retórica de cunho confessional é identificada na sustentação dos posicionamentos contrários sobre temas como: pesquisas com células-tronco embrionárias e o aborto. Este trabalho pretende compreender o comportamento discursivo do segmento evangélico na Câmara em torno destas duas temáticas, através da análise dos pronunciamentos identificados nas últimas legislaturas, buscando entender os atributos ideológicos verificados nas modificações e complexificações da “fala” política, e também religiosa.

Palavras-chave: Evangélicos. Política e Religião. Análise do discurso.

Introdução

A relação entre política e religião vem suscitando trabalhos no campo das ciências sociais que se destacam pela capacidade de trazer à tona questões relacionadas às implicações desta vinculação, ou seja, às práticas adotadas no meio religioso, à atuação parlamentar de atores religiosos, às transformações sobre esta participação e ao deslocamento destes atores para diferentes áreas da arena política, saindo da esfera do privado. Esta inserção religiosa na via política institucional recebeu importantes enfoques no meio acadêmico, sobretudo nas pesquisas realizadas durante a Assembleia Constituinte e também nas legislaturas seguintes da Câmara Federal (PIERUCCI & MARIANO, 1992; FRESTON, 1993; FONSECA, 2002; BURITY, 2006; BAPTISTA, 2009). Com o início dos trabalhos na Assembleia Constituinte, em 1987, foi possível identificar o exato momento em que se constituiu a suposta “bancada evangélica” (PIERUCCI, 1989). Como exercia um papel importante para os segmentos de suas instituições religiosas, esta bancada tornou-se objeto de análise em temas que, em determinadas circunstâncias, demonstravam o caráter conservador de uma parcela relevante dos parlamentares evangélicos eleitos naquele período.

Mudam as legislaturas e, conseqüentemente, muda, em alguns aspectos, o comportamento do segmento evangélico, transformações essas que são perceptíveis principalmente na Câmara Federal. Ao representar partidos de diferentes orientações ideológicas, porém, majoritariamente concentrados nos partidos tradicionais de direita e centro-direita, estes deputados evangélicos ocuparam importantes posições desde o início das legislaturas investigadas neste trabalho. Marcaram presença a partir da participação em Comissões, e também através da criação da Frente Parlamentar Evangélica, organismo

¹ Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ).

que acabou envolvendo deputados de diferentes filiações partidárias pertencentes a diversas denominações religiosas evangélicas.

Este trabalho procura compreender o comportamento discursivo dos parlamentares evangélicos na Câmara Federal, tendo como ponto de referência os pronunciamentos nas sessões do Grande Expediente na Câmara Federal. Através de uma pesquisa de caráter exploratório dos pronunciamentos, o assunto que será investigado neste trabalho é o Projeto de Lei de Biossegurança nº. 2.401/2003, principalmente no ponto em que trata da questão da manipulação de embriões humanos e também sobre a caracterização que os parlamentares religiosos fazem deste como uma forma de despenalização do aborto.

A teoria de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe servirá como guia de análise devido a possibilidade que esta vertente teórica abre para a compreensão do discurso enquanto prática política na proposta de trabalho aqui desenvolvida. Nesta perspectiva, a pesquisa visa contribuir para dar mais visibilidade ao assunto, ou seja, o estudo da já denominada “bancada evangélica”, buscando explorar o tema com o auxílio de novas técnicas de pesquisa no campo da análise discursiva, ainda pouco utilizadas no cenário acadêmico brasileiro.

1 - Teoria do discurso

A teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, também chamada teoria da hegemonia, pós-estruturalista ou pós-marxista, pode ser considerada uma nova forma de pensamento sobre o tratamento de algumas questões clássicas como a caracterização do social e do político. Em termos de análise, estes autores argumentam que estamos diante de uma fragmentação de elementos, todos dispersos, cabendo assim a uma estrutura discursiva, chamada de prática articulatória, estabelecer a unidade entre estes elementos. O discurso é o que tem esta capacidade de estabelecer a união entre os diferentes elementos fragmentados.

Para Laclau e Mouffe todo objeto se constitui em um objeto de discurso (LACLAU & MOUFFE, 1987). Dentro de uma estrutura discursiva, o discurso não revela apenas um caráter mental, mas também material, ele é capaz de estabelecer a união entre os gestos e as palavras, assim, todo discurso é uma prática discursiva.

O conceito de discurso de Laclau, dessa forma, propõe abarcar todas estas complexidades que surgem mesmo aquelas difíceis de perceber em um primeiro momento. Este discurso está fixado em uma totalidade que apresenta toda a sua precariedade e contingência. Todos os sentidos são provisórios nas relações discursivas estabelecidas. Assim, os discursos nunca estão acabados e centralizados, seus sentidos são continuamente construídos nas mais diversas situações. O que motiva estas construções é o funcionamento das práticas articulatórias que, segundo Laclau, estabelecem relações entre os elementos diferentes os quais não estão previamente articulados.

Com relação a este exercício teórico, é importante destacar que ainda são escassos os estudos que utilizam a análise do discurso para investigar a participação dos evangélicos na política. Esta é uma das razões deste trabalho, ou seja, o exercício de colocar em prática este aporte derivado da teoria do discurso de Laclau e Mouffe na análise do comportamento discursivo dos evangélicos.

2 - A Lei de Biossegurança

Já durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República, o tema da Biossegurança estava sendo discutido no Executivo. A questão das células-tronco foi tratada em paralelo com o tema dos transgênicos (TAGLIALEGNA, 2005), desta forma, em 2003, o Poder Executivo resolve elaborar um anteprojeto que tratava da questão de uma nova Lei de Biossegurança no país.

O Projeto de Lei Nº 2.401/2003 foi encaminhado para a Câmara Federal no dia 31 de outubro de 2003. Este texto havia sido enviado sob o regime de urgência constitucional. Nestas circunstâncias, foram promovidas diversas audiências que contavam com a presença de cientistas, pacientes, instituições de defesa das pesquisas, entre outros especialistas.

Porém, grupos favoráveis e contrários as mudanças sugeridas sobre a liberalização dos transgênicos começaram a lançar manifestos, destaque principalmente para os movimentos ambientalistas e as empresas favoráveis ao uso de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Na Câmara Federal, foi criada uma Comissão Especial para tratar do tema da Biossegurança.

A partir deste momento começam a surgir os grupos favoráveis e contrários a proposta do Projeto de Lei. No final de 2003, com a chegada do texto na Câmara, o primeiro relator deste Projeto foi o deputado e líder do Governo na Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Logo após a chegada deste texto à Câmara, o relator, dep. Aldo Rebelo, sofrendo uma forte pressão dos grupos de interesse, *“resolve retirar a vedação sobre a manipulação com embriões humanos contida no anteprojeto”* (CESARINO, 2007), o que acabou motivando uma reação imediata por parte do segmento católico e evangélico na Câmara Federal.

Os deputados evangélicos, majoritariamente, demarcaram a sua posição contrária ao novo texto no que diz respeito aos estudos com células-tronco extraídas de embriões humanos. Pois representava, para estes parlamentares, um atentado à vida, já que, segundo suas concepções, o início da vida se dá já a partir do momento da fertilização do óvulo com o espermatozóide. Diante de tais circunstâncias, foi possível rearticular o poderoso e mobilizador discurso evangélico a forçar o novo relator do Projeto², Deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE), para modificar o texto apresentado por Aldo Rebelo, acrescentando um novo substitutivo, dando uma nova redação para o artigo 5º³. O artigo segue ainda mencionando sobre as normas de utilização de OGMs e as novas atribuições da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). O projeto foi encaminhado para o Senado e voltou para a Câmara, novamente modificado⁴, a partir de toda a pressão de grupos pró-pesquisa: a comunidade

² Segundo Taglialegna, “logo após a apresentação do Projeto de Lei de Biossegurança à Câmara dos Deputados, foi criada a Comissão Especial destinada a emitir parecer ao PL nº 2.401, de 2003. Foi escolhido como relator o Deputado Aldo Rebelo, então líder do governo na Câmara dos Deputados. O Deputado Aldo Rebelo apresentou seu parecer à comissão especial em 20 de janeiro de 2004. (TAGLIALEGNA, 2005, p.54).

³ Art. 5º é vedado: I – qualquer procedimento de engenharia genética em organismos vivos ou o manejo *in vitro* de ADN/ARN natural ou recombinante, realizado em desacordo com as normas previstas nesta Lei; II – manipulação genética em células germinais humanas e em embriões humanos; III – clonagem humana para fins reprodutivos; IV – produção de embriões humanos destinados a servir como material biológico disponível; V – intervenção em material genético humano *in vivo*, exceto, se aprovado pelos órgãos competentes, para fins de: Realização de procedimento com finalidade de diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças e agravos; Clonagem terapêutica com células pluripotentes. (Texto aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal – DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 05/02/2004, p.04201).

⁴ O texto do Projeto foi alterado no artigo 5º na sua passagem pelo Senado. Neste ponto, a pesquisa com embriões humanos seria realizada apenas com os embriões estocados e congelados na Fertilização *in Vitro* (FIV), afinal, estes mesmos embriões seriam descartados após quatro ou cinco anos (CESARINO, 2006, p.132). Neste aspecto, o próprio Senador

científica, pacientes que poderiam ser tratados com a terapia celular e de entidades como ONGs e associações civis como o Movimento em Prol da Vida (MOVITAE). Leticia Cesarino defende que o Projeto de Lei vinha sendo preterido na Câmara Federal, pela força das “bancadas cristãs”. O Lobby pró-pesquisa, composto pelos segmentos acima citados, aproveitou a mudança de fórum para articular-se e tentar reverter o quadro negativo do Substitutivo de Calheiros (CESARINO, 2007).

2.1 – O discurso evangélico na Câmara Federal durante a tramitação do Projeto de Lei Nº 2.401/2003

O debate na Câmara sobre a pesquisa com células-tronco e o aborto motivou uma importante parcela de deputados evangélicos a se manifestar contrariamente, junto com parlamentares pertencentes ao grupo católico da Casa e alguns que não eram abertamente adeptos a nenhuma religião, mas que também eram contrários ao PL Nº 2.401, como demonstram, respectivamente, os seguintes pronunciamentos:

“Venho a esta tribuna alertar a população brasileira para o Projeto de Lei nº 2401/2003 (...). Sr. Presidente, o projeto, que tem como couraça os "transgênicos", encobre aspectos éticos e morais de nossa sociedade. Estou me referindo primeiramente aos ataques à vida através do aborto e da eutanásia, que o projeto apresenta, através da alteração proposta pelo Relator em seu substitutivo, ao retirar disposição que veda a produção, o armazenamento ou a manipulação de embriões humanos destinados a servir como material biológico disponível(...). A fé nos manda combater o que estiver errado segundo a razão ética, bem como a reconhecer o que for bom e correto.” Dep. Bispo Vieira Reis, PMDB – RJ (Diário da Câmara dos Deputados, 05-02-2004,p. 4022)

“Assusta-me que o projeto, saído desta Casa para o Senado com absoluto respeito pelo ser humano, tenha voltado de lá na forma de um substitutivo que mistura soja transgênica com embriões humanos congelados. Um estranho par não acham? Assusta-me que o substitutivo vindo da outra Casa tenha permitido expressamente a destruição de seres humanos com a intenção de extrair suas células-tronco para fins de "pesquisa e terapia" (art. 5º do projeto). (...) falar em "defesa da vida", trazer deficientes físicos para as sessões legislativas, fazer promessas mirabolantes com as supostas "pesquisas" com embriões humanos, tudo isso não passa de enorme e gigantesca hipocrisia!” Dep. Salvador Zimbaldi, PTB – SP (Diário da Câmara dos Deputados, 10/12/2004, Breves Comunicações, p.53874).

“Sras. e Srs. Deputados, brasileiros de todos os pontos do País, o partido que represento está sendo o único a dizer "não" ao projeto. E não terei nenhum mal-estar se for o único que votar contra. Mas vou expender para os senhores, de maneira bem clara, as razões que me levam, e ao meu colega de partido, a tomar essa posição - não são razões de natureza religiosa(...) Na verdade, os embriões que aí estão não são, como alguns disseram, um amontoado informe de células. Não, senhores! O que está ali já é, em cada caso, um novo ser vivo. Não há ninguém nesta Casa nem em lugar algum do planeta que possa, com base científica, negar que a vida surge no momento da concepção. (...) Aquilo que vai ser aprovado daqui a pouco, saibam os brasileiros, é assassinato de indivíduos já

Magno Malta, representante do segmento batista no Senado, apresentava-se favorável ao novo texto que iria novamente para votação na Câmara.

gerados.” Dep. Enéas Carneiro, PRONA – SP (Diário da Câmara dos Deputados, 03/03/2005, Ordem do dia p. 03993).

O primeiro pronunciamento pertence ao deputado Bispo Vieira Reis (PMDB-RJ), membro da Frente Parlamentar Evangélica e da Igreja Universal. O segundo pronunciamento pertence ao deputado Salvo Zimbaldi (PTB-SP), católico. O último pronunciamento pertence ao deputado Enéas Carneiro (PRONA-SP) que manifestou contrariedade ao Projeto de Lei, embora argumentando que sua posição não obedeceu nenhuma orientação religiosa. Estes três excertos citados representam os segmentos que naquele momento construíram o discurso antipesquisa com células-tronco embrionárias.

A cadeia equivalencial constituída através destes discursos contrários evidencia um posicionamento antagônico. No entanto, o antagonismo estabelecido revela sinais de instabilidade e fragilidade. Determinados sentidos produzidos dentro deste sistema discursivo podem “flutuar” diante da constituição desta relação antagônica. Contudo, baseado nos pronunciamentos acima citados e no discurso defensor das pesquisas com CTEs, é possível distinguir os dois polos nesta fronteira: de um lado o grupo composto pelos parlamentares evangélicos, católicos e alguns sem vinculação religiosa, e de outro lado, o relator original do Projeto de Lei, o lobby pró-pesquisa, cientistas, vítimas de doenças e os parlamentares defensores.

Para os evangélicos, a presença deste “outro” nesta relação antagônica, em outras palavras, o reconhecimento daquelas identidades que constituem o polo defensor do Projeto de Lei, revela uma situação de plena construção de sentido. Porém, este sentido ainda encontra-se inacabado, visto que existe uma contínua troca e acréscimo de significados, surgindo assim, através das diversas adaptações deste, novas características em seu conteúdo.

O antagonismo, conforme adverte Laclau (1993), já traz em sua forma os limites de sua objetividade, impede de realizar uma constituição final, um último sentido generalizante. Torna-se possível perceber o pólo antagônico construído diante do discurso evangélico nos seguintes pronunciamentos:

“O PL da Biossegurança tem papel importante, dentre outros, a regulamentação do uso das famosas células-tronco. A terapia com células-tronco poderá no futuro tratar muitas doenças degenerativas, hoje incuráveis, causadas pela morte prematura ou mau funcionamento de tecidos, células ou órgãos.” Dep. Gonzaga Patriota, PSB – PE (Diário da Câmara dos Deputados, 29/12/2004, p. 57366)

“Sr. Presidente, esta noite deveremos votar o projeto de lei da biotecnologia, que regulariza a produção de produtos transgênicos. Esperamos aprovar também a pesquisa com células-tronco. Registramos, portanto, nossa expectativa quanto à aprovação do projeto relativo aos transgênicos, fundamental para a agricultura brasileira, e também à permissão para que as células-tronco possam ser utilizadas em pesquisas neste País.” Dep. Alex Canziani, PTB – PR (Diário da Câmara dos Deputados, 03/03/2005, p. 03878).

O deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE) enaltece a importância das pesquisas com CTEs no tratamento de doenças degenerativas e os avanços científicos que isto vai acarretar. Da mesma forma, posiciona-se o deputado Alex Canziani (PTB-PR), justificando a aprovação das pesquisas com células-tronco ao mesmo tempo em que realiza a defesa da política de regulação sobre produtos transgênicos.

No entanto, o que de fato unifica estes dois pronunciamentos é a produção de um sentido que se constitui em um ponto nodal, que também é o de defesa da vida, através de pesquisas com células-tronco embrionárias. Nesta relação antagônica identificada, tomando a concepção analítica de Laclau, é possível perceber o momento em que surge o ponto nodal e o estabelecimento da prática articulatória sobre esta temática.

Sobre o posicionamento evangélico, o ponto nodal constatado nestes discursos é a defesa da vida, no qual em sua forma original, o artigo específico do Projeto de Lei resultaria, para eles, em um atentado a vida, constituindo também uma forma de legalizar o aborto. Nestes discursos, foi diagnosticada uma significativa quantidade de temas relacionados à defesa dos princípios cristãos. Para os evangélicos, a pesquisa com células-tronco nada mais seria do que a criação de vida humana dentro de laboratórios, vida que logo depois seria descartada para fins científicos. Os religiosos, tanto evangélicos como católicos, repudiaram isso, pois, segundo o princípio cristão, até mesmo um embrião deveria ser considerado um ser humano. A ciência, para os evangélicos, não poderia sacrificar vidas humanas, mesmo com o objetivo de descobrir tratamentos para doenças.

Neste sentido, os parlamentares não pouparam o uso de citações bíblicas ou justificativas baseadas em mandamentos religiosos para explicar a tomada de posição sobre o artigo. Estes três fragmentos a seguir demonstram a utilização deste recurso discursivo.

“Quero deixar claro que a Frente Parlamentar quer debater e discutir esse artigo especificamente. O projeto em si é bom, mas neste artigo há implicações inclusive de ordem cristã, de ordem bíblica, e não nos podemos curvar ao seu texto. É importante que o Brasil saiba que somos contra a produção de embriões para estudos científicos e produção de clones.” Dep. Neuton Lima, PTB-SP (Diário da Câmara dos Deputados, 05/02/2004, p. 04005).

“O Brasil tem raízes cristãs que nos impelem a sair na defesa de valores que ajudam na construção do ser humano, que nos trazem a esta Casa não com fanático radicalismo cristão, mas com o coração a e a mente abertos para dar lugar à ciência, desde que ela não entre no campo da especulação e em assuntos sobre os quais não tenha total domínio.” Dep. Takayama, PMDB-PR (Diário da Câmara dos Deputados, 06/02/2004, p. 04378).

Estes trechos trazem dados relevantes quanto a justificativa religiosa utilizada pelos parlamentares. O terceiro fragmento evidencia que a argumentação do parlamentar está inserida no próprio processo de consolidação histórica da mencionada “raiz cristã” presente no Brasil. O princípio argumentativo acaba tendo um tom generalizante, como se a proibição da pesquisa com células-tronco representasse o interesse da maioria cristã no Brasil. Os evangélicos apresentam-se como “porta vozes” de uma maioria cristã contrária ao que consideram como equívocos do campo científico.

Sobre este aspecto do discurso evangélico, ou seja, de que naquele momento os evangélicos não falavam apenas em nome de si mesmos, mas de toda a população religiosa no país, Letícia Cesarino (2006) argumenta que:

“Os católicos e evangélicos – um contingente de parlamentares nada desprezível – insistiram no argumento de que sua posição expressava a vontade da maioria da população brasileira; além disso, ameaçaram colocar-se contra o Governo em outras votações caso a pesquisa fosse liberada” (p.55).

Seguindo o método de análise de Ernesto Laclau (1993), os elementos verificados neste campo da discursividade são: os pronunciamentos de deputados da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), os pronunciamentos de parlamentares também evangélicos, mas não vinculados a FPE, os pronunciamentos de parlamentares pertencentes ao grupo católico na Câmara e, por fim, os pronunciamentos de parlamentares que não pertenciam a nenhuma denominação religiosa, todos eles apresentando as suas diferenças, demandas isoladas, mas que tratam do mesmo tema.

Sobre a constituição destes elementos isolados em momentos diferenciais, a partir do surgimento de um discurso comum articulador, fato este que contribui na formação de um novo sentido discursivo, os pronunciamentos citados a seguir auxiliarão na compreensão desta aproximação:

“Frente parlamentar Evangélica preocupada com o Projeto de Lei nº2.401 / 2003, que fala sobre a questão da biossegurança e autoriza a manipulação de embriões humanos. Chama a atenção para a gravidade da matéria, não pode se aprovar projeto tão polêmico no curto espaço de tempo. (...) A posição da Frente Parlamentar Evangélica é contrária à retirada pelo relator da parte que se refere ao armazenamento de embriões humanos.” Dep. Adelor Vieira, PMDB – SC (Diário da Câmara dos Deputados, 27/01/2004, p. 1637).

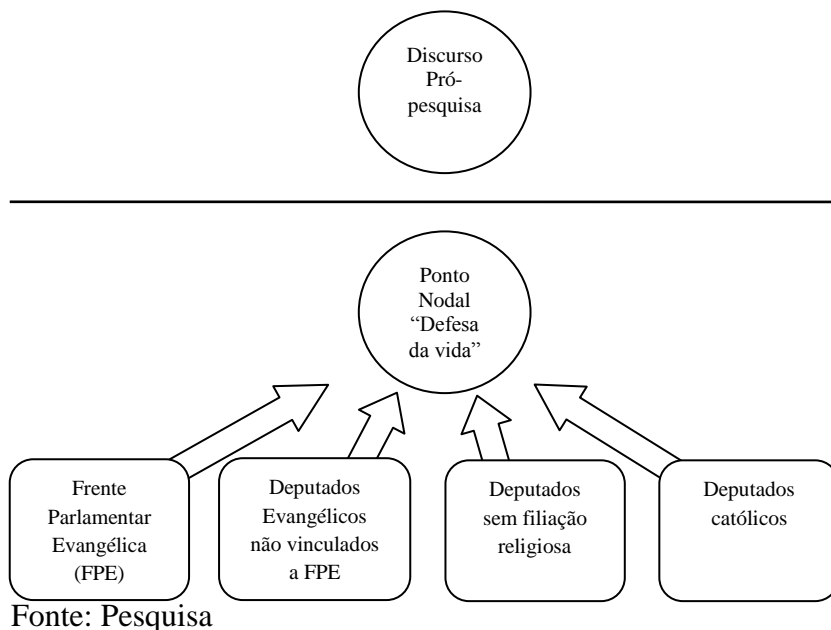
“Há tecnologias aprovadas que com o passar do tempo, comprovaram seus efeitos maléficos (...). Preocupação da FPE com relação ao inciso X do art. 6º. O tema que envolve a vida não pode ser tratado por um grupo qualquer nem de qualquer forma. Trata-se de processo que merece precaução e detalhamento.” Dep. Walter Pinheiro, PT – BA (Diário da Câmara dos Deputados, 30/01/2004, p. 2789).

“A aprovação da Lei de Biossegurança revestia-se de necessidade inadiável. Como toda lei, precisou passar por lapidação em alguns itens discrepantes do verdadeiro objetivo da pesquisa livre e segura que considerasse também os valores éticos e morais do povo brasileiro.(...) A Lei de Biossegurança precisou sofrer pelo menos 2 alterações significativas. Consideramos relevante promover o veto à manipulação de embriões humanos para fins de "clonagem terapêutica" e à alteração do código genético humano. Da forma como o projeto foi apresentado, abria forte precedente para a prática velada de aborto e a sua legalização. Acreditamos na vida humana desde a sua concepção, e atribuímos-lhe os direitos cometidos a todo ser humano.” Dep. Costa Ferreira, PSC – MA (Diário da Câmara dos Deputados, 10/02/2004, p. 4982)

Os excertos citados acima trazem dados importantes a respeito da caracterização evangélica sobre as pesquisas com células-tronco embrionárias. Existe um receio comum em todos estes pronunciamentos que resulta na contrariedade ao ponto específico do PL Nº 2.401/2003. As implicações que as tecnologias científicas vão trazer, colocando em risco a vida humana, junto com o desrespeito aos valores éticos e morais identificados pelos evangélicos através destas pesquisas, são os pontos mais visíveis no discurso religioso na Câmara Federal durante este período. São estes aspectos que garantem a unidade ou, em outras palavras, o surgimento de uma formação discursiva, representada pelo conjunto de discursos articulados hegemonicamente em torno de uma particularidade, aqui verificada através do posicionamento contrário dos parlamentares evangélicos sobre a nova Lei de Biossegurança.

A prática articulatória permite a conexão destes elementos, que no primeiro instante aparecem isolados, assim, passam a ser caracterizados como momentos diferenciais, já que existe um ponto nodal comum, o discurso sobre a defesa da vida, presente em todos os elementos citados acima. O momento em que se estabelece o corte antagônico é exatamente aquele que identifica o outro, ou seja, o discurso pró-pesquisa com células-tronco, de caráter científico, conforme apresenta o diagrama a seguir:

1 - Diagrama sobre a relação de equivalência, ponto nodal e o antagonismo (Lei de Biossegurança)



Os três pronunciamentos a seguir representam os três grupos que serão caracterizados como elementos diferenciais, mas que possuem um ponto nodal comum em torno dos sentidos gerados em seus respectivos discursos, a defesa da vida:

“As grandes questões relativas a anencefalia, células-tronco e manipulação de embriões têm tido espaço nos debates e questionamentos. Também não há barreiras para discussão das propostas sobre o aborto e sua despenalização.(...) Na qualidade de cristão e de líder da Frente Parlamentar Evangélica, tenho o dever de defender a vida, muito especialmente de inocentes – isto é, a partir do embrião, do feto. Por essa razão, sou contra o aborto.(...) Devemos não só lutar contra o aborto, mas também buscar novas políticas em favor da vida.” Dep, Adelor Vieira, PMDB-SC (Diário da Câmara dos Deputados,17/08/2005).

“É contra todo esse esforço de manipulação, Sr. Presidente, que nós nos insurgimos, veementemente, não nos furtando a confirmar nossa opinião. Como cristãos e cidadãos, que respeitamos a lei de Deus e a lei dos homens, alertamos o Congresso Nacional para o perigo de considerar seres humanos mero material de reposição de órgãos doentes, em um passo irreversível, e

seguramente incontrolável, contra os mais altos valores da civilização.” Dep. Osmânio Pereira, PTB-MG (Diário da Câmara dos Deputados, 04/03/2005, p. 03489).

“A retirada do inciso que vedava a *"produção, armazenamento ou manipulação de embriões humanos destinados a servir como material biológico disponível"* vai contra os princípios morais, éticos e religiosos defendidos por nós, Parlamentares evangélicos e demais representações cristãs no Congresso Nacional comprometidas com a natureza, a vida e a ciência.(...) Se, por um lado, esses avanços tecnológicos trazem uma grande contribuição à vida humana, por outro são motivo de grande preocupação, na medida em que podem atentar contra a própria existência do ser humano.” Dep. Milton Cardias, PTB – RS (Diário da Câmara dos Deputados, 05/02/2004, p. 4036, grifo do autor).

O primeiro pronunciamento pertence ao Deputado Adelor Vieira (PMDB-SC), um dos fundadores e primeiro presidente da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e também membro da Igreja Assembleia de Deus. O segundo pronunciamento pertence ao Deputado Osmânio Pereira (PTB-MG), membro do grupo católico na Câmara Federal. Este parlamentar é ex-presidente do Conselho Nacional de Renovação Carismática Católica. O último pronunciamento pertence ao Deputado Milton Cardias (PTB-RS). Cardias, que não fez parte da FPE nesta legislatura, exercia a função de Ministro Evangélico na Igreja Assembleia de Deus no Município de Panambi (RS).

Em termos de conteúdo, é possível observar que os três discursos abordam o mesmo tema, ou seja, a defesa da vida. Contudo, estes discursos partem de grupos distintos. Estes elementos, em um primeiro momento, não evidenciam nenhuma relação entre si, mas identificam uma ameaça comum e demarcam uma posição que é contrária ao Art. 5º presente no texto da Lei de Biossegurança.

O discurso é o exato momento em que é possível instituir uma articulação entre estes momentos diferentes, estabelecendo assim uma relação de equivalência, contra o “outro”, o discurso inimigo diante de uma fronteira antagônica. O discurso pretende determinar uma ordem, estabelecer uma organização naquilo que antes estava disperso e isolado.

Na segunda rodada de tramitação do PL Nº 2.401/2003 na Câmara Federal, a polarização foi entre a questão da liberação ou não do uso de embriões humanos para a produção de células-tronco (TAGLIALEGNA, 2005). Neste momento de discussão sobre o tema, foi possível encontrar pronunciamentos de parlamentares evangélicos nas sessões do Plenário, favoráveis ao Projeto de Lei, de acordo com as mudanças sugeridas e anexadas durante a passagem do projeto pelo Senado Federal. Os dois pronunciamentos citados a seguir demonstram esta mudança verificada:

“Hoje, temos uma votação de suma importância: o projeto que trata das células-tronco. Como evangélico, tenho minha posição de falar que é importante essa votação. Sou a favor justamente porque o Substitutivo do Senado estabelece que as únicas células-tronco embrionárias a serem usadas para pesquisa serão as provenientes do conjunto de células descartadas ou congeladas por mais de 3 anos nas clínicas de fertilização in vitro. Portanto, vejo como importante esse estudo para o progresso da vida e, na qualidade de evangélico, estou a favor da votação do projeto das células-tronco.” Dep. Marcos Abramo, PFL – SP (Diário da Câmara dos Deputados, 02/03/2005, p. 03514).

“Hoje estamos debatendo um paradigma: se a religião vai ser usada para libertar aquele cidadão que depende da evolução da ciência para voltar à vida, aquele cidadão que está na cama, com problema

de coração, querendo pegar o seu filho no colo, mas não pode, aquele cidadão que está na cadeira de rodas e vê na evolução da ciência sua libertação. É para esse homem que estou olhando quando encaminho o meu voto pessoal, porque o do partido nós já o sabemos. Voto com a minha consciência tranqüila, voto pela vida daqueles que querem voltar à vida. Sr. Presidente, sei que muitos evangélicos estão me vendo, peço que eles não me julguem pelo ouvir falar. Voto consciente de que há liberdade religiosa em nosso País e nesta Casa. Os Srs. Deputados sempre foram a favor do segmento religioso. Peço que esta Casa entenda que vamos votar pela vida e dar esperança àqueles que precisam da medicina para voltar a viver. Por isso, o PL é favorável ao encerramento da questão. Vamos, "sim"! Vamos votar pela vida!" Dep. Carlos Rodrigues, PL – RJ (Diário da Câmara dos Deputados, 03/03/2005, Ordem do Dia, p. 03923).

Percebe-se nestes dois pronunciamentos que os parlamentares realizam a defesa das pesquisas com células-tronco, sendo que ambos fazem parte da Igreja Universal do Reino de Deus, agindo, portanto, no sentido contrário do que era defendido pela maioria da Frente Parlamentar Evangélica, ou seja, a oposição ao PL Nº 2.401/2003. Estes parlamentares evangélicos, apesar de terem manifestado posicionamento favorável, ainda mantiveram o sentido de “defesa da vida” em seus pronunciamentos. Permanecendo este sentido, o que houve foi um deslocamento da linha antagônica estabelecida, já que para aqueles parlamentares defensores e todo o lobby pró-pesquisa, a mesma defesa da vida também se constituiu em um ponto nodal articulador.

Conclusão

Ao tomar como exemplo de análise discursiva o posicionamento sobre o Projeto de Lei de Biossegurança, os evangélicos provaram que, apesar desta recente inserção na política institucional, já estão completamente adaptados ao jogo político, isso se torna evidente pela habilidade observada nestes parlamentares em momentos de negociação, intimidação e barganha na Câmara Federal.

Através da aplicação deste tipo de análise, fixada em um recorte espaço-temporal, é possível chegar a algumas conclusões. A ideia de que existe uma “bancada evangélica” permanentemente unida, onde as discussões no interior desta bancada sempre apresentariam uma forma harmoniosa de decisão, não corresponde com o conteúdo de boa parte dos pronunciamentos coletados. O comportamento dos evangélicos na Câmara Federal é heterogêneo, existe uma pluralidade de posicionamentos diante dos mais diversos temas que vão surgindo em pauta, inclusive daqueles parlamentares que pertencem a FPE. Autores de alguns trabalhos científicos, parlamentares e a própria mídia em geral, insistem em afirmar que existe um grupo evangélico coeso, que vota sempre em bloco. O tema da Lei de Biossegurança revela o contrário, já que na segunda passagem do Projeto de Lei Nº 2.401/2003 na Câmara, alguns parlamentares evangélicos manifestaram o voto favorável, enquanto que a maioria dos deputados federais pertencentes à FPE estava contra o Projeto de Lei de Biossegurança, mais precisamente sobre o Art. 5º, atribuindo a este projeto uma tentativa de legalização do aborto.

Na legislatura investigada neste trabalho, em virtude do crescimento da participação dos evangélicos, torna-se pouco provável que exista uma bancada que vota sempre em bloco. Porém, existem algumas exceções encontradas nestes discursos, trata-se daqueles temas de caráter corporativo, ou de questões vinculadas aos valores morais transmitidos pela tradição cristã.

O debate gerado em torno do tema da Lei de Biossegurança enquadra-se exatamente nesta última questão, ou seja, em um tema polêmico diante da argumentação religiosa de defesa da vida,

daquilo que foi caracterizado pela FPE como uma violação dos princípios cristãos. É exclusivamente neste tipo de debate que é possível identificar algum tipo de unidade que está situado além das fronteiras partidárias, confessionais ou apenas ideológicas, contudo, é importante destacar que esta unidade é contingente, nunca é fixa. O segundo momento de tramitação do projeto na Câmara evidencia isso. Dessa forma, é possível perceber o âmago de uma construção discursiva, o campo político é extremamente produtivo nesse sentido, porque nele torna-se possível verificar a inclusão de uma série de discursos, que nem sempre possuem uma linguagem exclusivamente política como no caso aqui investigado, a inserção de um discurso religioso na esfera discursiva político-tradicional.

Referências:

BAPTISTA, S. (2009). *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume, Instituto Metodista Izabela Hendrix.

BURITY, J. A. (2006) Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002. In: J. A. BURITY & M. D. C. MACHADO (Orgs.) *Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. (p.173-213). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana.

_____. (1997) Desconstrução, Hegemonia e Democracia: o Pós-marxismo de Ernesto Laclau. M. A. G. de Oliveira (Org.) *Política e Contemporaneidade no Brasil* (p. 29-74). Recife: Bagaço.

CESARINO, L. B. (2007). Nas fronteiras do “humano”: os debates britânico e brasileiro sobre a pesquisa com embriões. *Mana*, Rio de Janeiro, v.13, n. 2, p.347-380.

_____. (2006). “Ascendendo as luzes da ciência para iluminar o caminho do progresso”: *Ensaio de antropologia simétrica da Lei de Biossegurança brasileira*. 2006, 238f. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

FONSECA, A. B. (2002). *Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre evangélicos na política nos anos 90*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

FRESTON, P. (1993). *Protestantes e política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

LACLAU, E. & MOUFFE, C. (1987). *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI.

PIERUCCI, A. F. (1989). Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, n. 11, p.104-132.

PIERUCCI, A. F. & MARIANO, R. (1992) O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 34, p. 92-106.

TAGLIALEGNA, G. H. F.(2005). Grupos de pressão e a tramitação do Projeto de Lei de Biossegurança no Congresso Nacional. *Série “Textos para Discussão”*, (p. 01-83) n. 28, Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Documentos eletrônicos:

CÂMARA FEDERAL. (2010) *Pesquisa em Publicações Oficiais da Câmara dos Deputados*. Acesso em 22 de janeiro de 2010, do site da Câmara Federal:

http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

PROJETO DE LEI Nº 2.401 de 2003 (2010). (*Nova Lei de Biossegurança*). Acesso em 14 de outubro de 2010, do site da Câmara Federal:

<<http://www.camara.gov.br/sileg/MontarIntegra.asp?CodTeor=176917>>.